



Diário Oficial

PODER LEGISLATIVO - TERRA NOVA

PODER LEGISLATIVO
TERRA NOVA – BA

Ano III - Edição Ordinária nº. 0258

quinta-feira, 27 de setembro de 2018

Caderno 1 ♦ Página: 1

ATOS OFICIAIS DO PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF 2º. Quadrimestre de 2018.



LEI Nº 12.527/2011 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.

Imprensa Oficial

A publicidade legal levada a sério



CDKM SOLUCOES E
CONSULTORIA ADMINISTRATIVA
LTDA M:15653533000140

Assinado de forma digital por CDKM SOLUCOES E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA
LTDA M:15653533000140
DN: c=BR, st=BA, l=CONCEICAO DO COITE, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil, ou=AR SENHA DIGITAL, ou=CDKM
SOLUCOES E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA LTDA M:15653533000140
Serial=15653533000140, Reason=Sem a precisão e a integridade deste documento
Localidade=Conceição do Coite/BA
Data=2018.09.27 16:31:50 -03'00'

Gestor - Edezio dos Santos / Secretário - Gabinete / Editor - Ass. de Comunicação
Terra Nova - BA

Todas as edições são assinadas digitalmente conforme MP n. 2.200-2/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-BRASIL
A versão eletrônica encontra-se disponível no portal: <https://domunicipio.com>

MUNICÍPIO DE TERRA NOVA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2017 A AGOSTO /2018 - 2º QUADRIMESTRE - 2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1,00		
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			
Pessoal Ativo	875.611,74	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	0	0	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	131.900,00	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	0	0	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	0
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	1.007.511,74		0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.732.260,05		0
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100	3,76%		0
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	1.603.935,60		0
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	1.523.738,22		0
FONTE: Departamento de Contabilidade			

BEL. FÁBIO ANDRADE LIMA
Contador CRC-Ba 18.256

REGINA
Tesoureira

EDNA CARVALHO
Controladora Interna

EDEZIO DOS SANTOS
Presidente

IMPRENSA OFICIAL



Este município possui imprensa oficial!

A lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente.



CUIDE DA
SUA CASA.

FALE COM
SEUS VIZINHOS.

CONVERSE COM
A PREFEITURA.

O BRASIL CONTA COM VOCÊ



Autenticidade garantida, esta publicação é assinada digitalmente.